

## **5ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas**

**06.03.2024**

**PAOD**

### **Declaração política**

**Dia Internacional da Mulher: cumprir Abril, concretizar a igualdade na vida**

Assinala-se na próxima sexta-feira, dia 8 de Março, o Dia Internacional da Mulher. Dia que constitui uma marca simbólica da luta das Mulheres pela igualdade de direitos e consequentemente pela sua emancipação económica, social e política.

Desde a sua instituição, em 1910 por Clara Zetkin, o 8 de Março tem constituído uma data maior da luta das Mulheres pela igualdade de direitos e consequentemente pela sua emancipação.

Falar deste dia no ano em que se comemora o 50.º Aniversário da Revolução de Abril, tem particular significado.

É imprescindível avivar a memória e lembrar que durante o fascismo, a par da repressão a que estava sujeita a generalidade dos portugueses, as mulheres tinham um estatuto subalterno.

Lembrar que as enfermeiras não podiam casar, as professoras tinham que pedir autorização ao governo e só podiam casar com um homem que tivesse um vencimento superior ao delas, que a mulher casada não podia mexer na sua propriedade, não podia ir para o estrangeiro, nem trabalhar sem autorização do marido.

Muitas foram as que passaram pelas prisões do fascismo, sujeitas às mais vis torturas.

Com a Revolução de Abril, as mulheres deixaram de ter um papel subalterno na sociedade, no trabalho, na família, na política. O direito à igualdade entre homens e mulheres ficou espelhado na Constituição da República Portuguesa aprovada a 2 de Abril de 1976. Para além de consagrar o direito à igualdade, a Constituição consagrou também as responsabilidades do Estado na eliminação das discriminações e na promoção da igualdade em todas as esferas da vida.

Hoje, o desafio que continua colocado é o da concretização da igualdade na vida. Acentuam-se velhos mecanismos de exploração, de vulnerabilidade e discriminação das mulheres no mundo do trabalho que atingem, de forma particularmente agravada, as novas gerações de trabalhadoras.

O princípio do salário igual para trabalho igual está na lei, mas a desigualdade persiste. De acordo com os dados dos Quadros de Pessoal de 2022 [GEE – MTSSS (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)], o ganho médio das mulheres é 16% mais baixo que os homens, tendo essa desigualdade atingido cerca de 240 euros, mas entre os quadros superiores a diferença supera os 760 euros!

A desigualdade de salários na vida ativa reflete-se nas pensões de reforma onde a pensão média das mulheres é 43% inferior à dos homens (relatório sobre sustentabilidade financeira da segurança social).

Sem surpresa, os últimos dados tornados públicos sobre a pobreza indicam que em 2022 o crescimento da taxa de risco de pobreza afetou mais significativamente as mulheres do que os homens.

Nos 50 anos de Abril é imperativo afirmar que a igualdade em todas as dimensões tem que ser cumprida. Temos de passar das intenções, plasmadas nos sucessivos planos nacionais ou municipais para a igualdade, na realidade concreta da vida.

Nestes dias não faltarão discursos de circunstância contra as desigualdades e a discriminação da Mulher. No entanto o que verdadeiramente se impõe é a adoção de políticas eficazes de promoção da igualdade. Enquanto a França se tornou o primeiro país do mundo a incluir o direito da mulher ao aborto, na Constituição, em Portugal a direita fala na necessidade de um novo referendo no sentido de retirar esse direito às mulheres.

As mulheres constituem a maioria da população portuguesa. É necessário que todos estejamos vigilantes porque manter a democracia significa participação, envolvimento e luta na defesa dos direitos sociais e económicos. Uma sociedade democrática não é apenas aquela em que as mulheres têm o direito de votar e eleger os seus representantes, mas também aquela que assegura a igualdade de oportunidades, justiça social e proteção económica para todos. O país não evolui enquanto existirem diferenças entre homens e mulheres.

Porque não há igualdade sem justiça social, sem desenvolvimento sem a participação e emancipação das mulheres, o momento é de afirmar, exigir e lutar pelos serviços públicos, pela dignidade, pelo fim da violência, pelo respeito, pela paz, por uma vida digna, pela igualdade plena da mulher no trabalho e na vida.

Porque sem igualdade plena da mulher nunca haverá uma sociedade realmente progressista e democrática. A luta emancipadora é não só uma luta das mulheres, é uma luta de todos.

A concretização da igualdade no trabalho, na família e na vida é um compromisso para com as legítimas aspirações das mulheres, com os valores e conquistas de Abril, com uma sociedade mais justa e de progresso social.

Odivelas, 6 de Março de 2024

O Vereador da CDU



Florentino Serranheira